

A Justiça Eleitoral

Um decreto do governador José Aparecido de Oliveira regulamentou a propaganda política em Brasília. Tal aconteceu numa cerimônia simples no Palácio do Buriti em que estavam presentes os presidentes dos partidos, alguns secretários de Estado e o desembargador presidente do Tribunal Regional Eleitoral, além de representantes da imprensa.

A regulamentação tem uma grande finalidade: ela visa simultaneamente assegurar, o quanto seja possível, igualdade de condições a todos os candidatos e ressaltar Brasília de uma poluição visual. Em ambos os domínios ela é inovadora.

O original do decreto é que ele foi elaborado, em suas linhas gerais, pelos partidos. Durante muito tempo representantes de todos os partidos se reuniram e colocaram sobre o papel as medidas que julgavam necessárias para limitar a influência do poder econômico no processo eleitoral. Tal tema é da máxima importância, já que se apregoa que em Brasília se assistiria a um verdadeiro leilão de votos.

Partindo da constatação de que não dispomos de uma tradição eleitoral, se acreditava que o comportamento no pleito seria ditado pelo poder do dinheiro. Se tal ocorresse Brasília estaria desequilibrada no quadro político brasileiro. O decreto veio como uma medida para evitar que assim fosse.

O Tribunal Eleitoral vem de dar uma demonstração que agirá com energia para garantir que os objetivos do decreto sejam atingidos. O seu presidente alerta que a lei é rígida e que será cumprida com rigor. Lembra que dispõe do poder de mobilizar as Polícias

Militar e Federal para fazer cumprir a lei. O que é mais importante é que as punições para os infratores são pesadas. Quem for punido pode até ter sua candidatura anulada. Isto nenhum magnata candidato vai querer.

O aspecto da defesa da cidade contra a poluição visual não é menos importante. A democracia se exerce através da difusão de mensagens contraditórias ou pelo menos alternativas. Muitas vezes, quase sempre, estas mensagens estão enraizadas em ambições pessoais. No calor da campanha as conveniências são esquecidas e passa-se à pichação selvagem. Quem sofre é a cidade e seus moradores. Frequentemente uma campanha política exige longo trabalho de limpeza da cidade. Isto é negativo.

Brasília tenta, assim assumir uma liderança no processo político da República. Como Capital tem o direito de tentar ser exemplo. Se o conseguir, estará a se dar um lugar privilegiado no contexto da União. Negará os prognósticos pessimistas que a condenavam a se tornar um curral, em que o poder econômico dominaria e o debate de idéias seria secundário.

O Brasil precisa, para consolidar a democracia, um enfrentamento de idéias. Este deve ser claro e, à medida do possível, liberado do poder do dinheiro. Mais do que isto é preciso que se prove que a democracia pode conviver com regras civilizadas e não poluidoras de campanha. Toda cidade está convidada a ajudar aos poderes públicos a transformar nossa primeira eleição em um exemplo para todo o País. Conquistaremos assim uma merecida liderança.